



A CHEGADA DA MODERNIDADE EM MATO GROSSO DO SUL SOB A ÓTICA DOS JORNAIS QUE CIRCULAVAM NA REGIÃO NOS ANOS 1970

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa*
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
beatriz-feitosa@uol.com.br

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de refletir a respeito da dinâmica de ocupação territorial do estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto recorreremos às discussões que envolvem o conceito de tempo, pensadas em sintonia com a obra de Koselleck, com a consciência de que sua leitura do tempo histórico é uma, dentre outras possíveis. Fundamentamos nossas interpretações no ideal de que existem tempos múltiplos que convergem para que seja possível tratar de um tempo em particular. O presente neste sentido, é resultante das experiências temporais do passado e de perspectivas que dialogam com o futuro, a partir destas reflexões, buscamos perceber a permanência ao longo do tempo dos discursos da modernidade que permeiam os deslocamentos e trajetórias de pessoas no interior do Brasil, presentes em jornais de circulação local ao longo dos anos de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação Recente; Tempo; Migrações; Modernidade.

THE ARRIVAL OF MODERNITY IN MATO GROSSO DO SUL UNDER THE OPTICS OF NEWSPAPERS THAT CIRCULATED IN THE REGION IN THE 1970S

ABSTRACT : This article aims to reflect on the dynamics of territorial occupation of the state of Mato Grosso do Sul. For this we resort the discussions that involve the concept of time, designed in harmony with the work of Koselleck, with the awareness that its reading of historical time is one, among other possible. We base our interpretations on the ideal that there are multiple times that converge so that it's possible to deal with a particular time. The present, in this sense, is a result of temporal experiences of the past and prospects that dialogue with the future. From these reflections, we seek to realize the permanence over time of the discourses of modernity that permeate the displacements and trajectories of people in the interior of Brazil, that are present in newspapers of local circulation throughout the years of 1970.

KEY WORDS: Recent Occupation; Time; Migration; Modernity.

* Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis; Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História – PPGHIS – Campus Universitário de Cuiabá; pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em História – NPH/UFMT, do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos NERU/UFMT e do grupo de pesquisa INTERFACES: História, Museologia e Ciências Afins.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende trazer algumas discussões acerca da temática da relação entre a produção discursiva e a ocupação da Região Norte de Mato Grosso do Sul, pensando a partir da experiência do tempo histórico tão caro ao ofício do historiador.

O que nos propomos apresentar são resultados de um caminhar teórico metodológico que se justifica, por um interesse em pensar a respeito dos discursos produzidos no momento da ocupação do extremo norte de Mato Grosso do Sul, o que permite perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a melhoria conseguida por meio dos investimentos em desenvolvimento, não passavam de discursos carregados de intencionalidades e que historicamente foram colaborando na construção de um espaço onde se processavam relações díspares de acesso e permanência nas propriedades rurais, configurando um quadro sócio cultural de desigualdades, observável na existência de pessoas que vivem em alojamentos precários durante a maior parte de suas vidas, nas quais a realidade do trabalho nas atividades agrícolas mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

O objetivo é produzir um diálogo que permita entender como a produção discursiva culminou na criação de um ideal de modernidade e progresso, conceitos que ganharam muita força nos processos de ocupação territorial recente no Brasil, especialmente no período posterior a 1970 e teorizar acerca da origem dos conceitos supramencionados bem como das práticas decorrentes da aplicação de tais conceitos na organização das atividades produtivas e nas relações de trabalho no campo brasileiro. Este diálogo será mediado pela compreensão de que existe uma dinâmica temporal, muito cara ao ofício do historiador que não deve ser negligenciada em pesquisas históricas, desta forma, ao recorrermos às reflexões de Koselleck¹, sobre o tempo histórico, nosso objetivo foi pensar na existência de uma dinâmica de tempos múltiplos que convergem em certos momentos.

No tocante a ocupação territorial do território estudado, essa relação temporal se apresenta como válida para análise do período escolhido para estudo (pós 1970), considerando que as pesquisas envolvendo certa temporalidade, são atravessadas por

¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

problemáticas inerentes ao campo da experiência histórica. O passado se apresenta recorrente, seja no modelo de propriedade constituída neste campo de experiências, seja nas relações de trabalho que apresentam resquícios de outros tempos históricos.

A pesquisa em documentos impressos, mediada pela produção bibliográfica acerca da temática deve possibilitar a compreensão de um movimento sazonal, iniciado no período supramencionado e que levou homens e mulheres a migrarem de suas regiões de origem em busca de trabalho temporário que lhes garantia uma vida com privações, mas não lhes tirava as esperanças de alcançarem o “eldorado”. É notório que os desejos e anseios de uma vida melhor, na concepção dos trabalhadores rurais, principalmente cortadores de cana, passam em parte pelo trabalho realizado, nesses espaços de ocupação recente.

Perceber a dinâmica do tempo da fronteira que traduz a movimentação de pessoas pelo Brasil no período posterior a 1970, torna-se possível por meio do diálogo com estudiosos que se dedicaram a compreensão do tema, são esses diálogos que retomamos, de maneira a contribuir para a compreensão da constituição da fronteira Oeste brasileira, entendendo a dinâmica de ocupação territorial, sobretudo no período posterior a 1970, quando incentivos governamentais e créditos subsidiados pelo Estado permitiram um deslocamento *sui generis* para estas áreas de ocupação recente.

O TEMPO DA FRONTEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE ACERCA DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÃO RECENTE NO EXTREMO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL

“Não sei por que essa gente vira a cara pro
presente e esquece de aprender/Que
felizmente ou infelizmente sempre o tempo
vai correr”
Envelhecer - Arnaldo Antunes²

O conceito de tempo, tão caro ao pesquisador do campo da história, permite o diálogo entre momentos distintos no intuito de compreender como vão se constituindo as especificidades da relação entre seres humanos e espaço. A narrativa acerca da constituição territorial do Extremo Norte de Mato Grosso do Sul, território

² ANTUNES, Arnaldo; JENECL, Marcelo; ORTINHO. **Envelhecer**. WADDINGTON, Andrucha (Direção Artística). São Paulo: BMG, 2010.

atravessado pela Rodovia BR 163, construído no bojo dos discursos modernização do território, permite que recorramos a tempos bastante diversos daquele escolhido como recorte temporal da pesquisa, na intenção de dialogar com os mecanismos de constituição da realidade.

A concepção de uma História *Magistra Vitae*, não se constitui em busca dos historiadores contemporâneos, Koselleck³ dedicou-se a explicação do conceito, apontando que Cícero, ao se referir a modelos helenísticos teria cunhado o emprego do expressão que, sendo assim, pertenceria ao campo da erudição, uma das tarefas desse modelo de escrita de história como *Magistra Vitae* que seria “[...] testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador”.⁴

O autor recorre à explicação deste topo, desta concepção histórica que teria predominado até a historiografia do século XIX, para enfim defender a diversidade de tempos históricos que se relacionam, argumentando que o passado se apresenta como o campo de experiência, enquanto o futuro seria o universo de expectativa humana, nesta relação entre passado e futuro é que a História se constitui, nela impera uma diversidade de tempos históricos.

Ao tratar da especificidade do tempo histórico, o autor nos permite perceber que o tempo histórico está longe de ser resolvido pelo calendário e continua sendo a questão mais difícil posta pelo conhecimento histórico, suas reflexões levam em conta a importância do calendário para pensar o tempo histórico. Para Koselleck, o passado chega ao presente em ruínas e sua interpretação passa pela determinação da diferença entre passado e futuro, entre “campo de experiência” e “horizonte de espera” em um tempo presente, desta forma o futuro passado diz respeito a um futuro que se presentificou em determinado momento, é possível utilizar-se de alguns exemplos que ajudam a compreender a temática. Desta maneira, no tempo europeu anterior ao tempo medieval, a experiência impunha-se ao horizonte de espera, a concepção de história, portanto seria a de mestre da vida.

³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

⁴ Ibid., p. 43.

O tempo cristão (escatológico) entende o futuro como a interrupção do passado, a escatologia e a própria história da cristandade e se traduz em um movimento cíclico de eterno retorno. O tempo moderno, cujos marcos na concepção do autor, são os anos de 1500 e 1800, foi o período da ampliação entre “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”, o signo seria a revolução, e a marca a aceleração temporal, o tempo nesta concepção seria teleológico. Já o tempo do estado absolutista promoveria a ampliação do espaço de experiência, enquanto o tempo contemporâneo, pós moderno seria caracterizado pela desnaturalização do tempo e pela relativização, sendo assim, o conceito de pós modernidade tem relação com a insurgência de uma sociedade acelerada.

Esta reflexão que empreendemos acerca das perspectivas temporais e da constituição de um terceiro tempo a partir do olhar de Koselleck, ajudam-nos a compreender o ser humano neste tempo enquanto ser histórico, considerando que a história é mudança, o que permanece da experiência temporal é a compreensão da experiência vivida pelos seres humanos. Olhar para esta possibilidade de diálogo temporal contribui para enriquecer as reflexões que nos propomos fazer acerca da ocupação recente da região localizada no Extremo Norte do estado de Mato Grosso do Sul.

A constituição da propriedade territorial no Brasil é tributária dos quadros de degradação dos seres humanos que existem e cada vez mais subexistem em uma sociedade marcada por acesso diferenciado a propriedade da terra. No quadro geral de migrações que se apresentam no território brasileiro, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por incentivos governamentais se firmou a grande propriedade por meio de créditos subsidiados. Naquele momento, eram migrantes da região sul do país que acessavam terras com facilidade, constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão de obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho nas usinas.

A dinâmica de reocupação, ou seja, do processo pós-1970 que marcou a concentração de pessoas na região, bem como as relações de trabalho e de degradação de trabalhadores, pode ser compreendida pelo estudo dos conceitos historiográficos

fundamentais para o trabalho de representação do espaço estudado. Said apontou que “[...] a análise do texto orientalista, enfatiza a evidência, que de modo algum é invisível, de tais representações como representações, e não como descrições naturais do Oriente”.⁵ Neste aspecto cabe salientar que, o trabalho do historiador não seria fabricar, produzir um objeto, mas um trabalho da representação por meio da prática da observação, mediada pelo amadurecimento teórico e aliado às práticas dos atores sociais que ocupam um determinado espaço, tendo em conta suas vivências, experiências e memórias, juntamente com certas condições materiais que permitiram se organizarem de determinadas formas.

As trajetórias revividas pelas memórias que trazem à tona e que são ferramentas fundamentais para o trabalho do historiador, são experiências de todos aqueles homens e mulheres e não grupos minoritários, que participaram da construção dos espaços. Essa busca pela experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, são buscadas pelo historiador, cujo papel de acordo com Said, orienta-se pela representação do passado dessas sociedades, por meio do trabalho de pesquisa, desta forma, “[...] Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação”.⁶ Neste sentido, as produções no campo da historiografia, são representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve. Essas são questões que se mantiveram muito presentes nas análises que culminaram na elaboração deste estudo.

O estudo da formação territorial, bem como das questões de acesso a terra e riqueza no país, permitem-nos compreender a história como experiência, e as relações de trabalho, como resultados de deslocamentos, reflexões que não cabem em cadeias interpretativas constituindo-se em experiência de gente, incluída ou não no processo produtivo, retirantes que podem ser vistos a partir do olhar de João Cabral de Melo Neto:

O meu nome é Severino,/mas não tenho outro de pia./Como há muitos Severinos,/que é santo de romaria,/deram então de me chamar/Severino de Maria (...)/Somos muitos Severinos/iguais em tudo na vida:(...)E se somos Severinos/(...)morremos de morte

⁵ SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 32.

⁶ Ibid., p.33.

igual,/mesma morte Severina:/que é a morte que se morre/de velhice antes dos trinta,/de emboscada antes dos vinte,/de fome um pouco por dia/(...)Mas, para que me conheçam/melhor Vossas Senhorias/e melhor possam seguir/a história de minha vida,/passo a ser o Severino/que em vossa presença emigra.⁷

Este é um estudo do espaço ao mesmo tempo do lugar daquele que fica e do não-lugar daquele que parte a cada ciclo de trabalho encerrado. A intensificação dos deslocamentos humanos ocorrida no Brasil pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, nas quais as políticas de incentivo governamental estimularam a expansão do capital no estado de Mato Grosso.⁸

Os meandros da relação de poder no Brasil são constituintes do acesso diferenciado a riqueza e propriedade, quando foi institucionalizada uma política de ocupação de “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras,

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região.⁹

No quadro das ocupações dirigidas pelo estado brasileiro, os atores sociais que compuseram este cenário, reforçam identidades para além deste espaço que ocupam sazonalmente. A presença do lugar de origem tem sido uma constante na vida dessas pessoas,

⁷ NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**: e outros poemas em voz alta. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982, p. 70-72.

⁸ Salientamos que até o ano de 1977 Mato Grosso compreendia o território que passou a abrigar os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

⁹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1986 (mimeo), p. 75.

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.¹⁰

No mundo contemporâneo ocorre um fenômeno que contribui para essa questão da referida crise de identidade, e que se traduz em uma possibilidade de vir a ser descartado do cenário,

[...] não tornar um hábito coisa alguma que se pratique no momento, não estar preso pelo legado do próprio passado, usar a identidade atual como se usa uma camisa que pode ser prontamente trocada quando em desuso ou fora de moda, rejeitar as lições do passado e abandonar antigas habilidades sem inibição nem remorso [...].¹¹

A problemática da identidade e sua fragmentação na nova constituição dos espaços tem relação com a problemática dos territórios, “[...] a desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases”.¹²

RELAÇÕES DE TRABALHO: ENTRE O DISCURSO DO MODERNO E O PREDOMÍNIO DO ARCAICO

Há um processo contínuo de busca humana por novos territórios, a migração de trabalhadores para as áreas brasileiras de ocupação recente, aponta para essa busca de um lugar que o abrigue, que lhe dê condições de sobrevivência, mesmo que de forma temporária. Figueira,¹³ chama essas pessoas de “deslocadas”, às vezes “atopos”. Os motivos que levam os trabalhadores a saírem de seus estados de origem, sobretudo de Pernambuco e Piauí em direção ao Mato Grosso, tem relação com os motivos que levam os trabalhadores apontados por Figueira a realizarem trajetos migratórios análogos, “a

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 17.

¹¹ Ibid.,p.144.

¹² HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 21.

¹³ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 31

pessoa sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens”.¹⁴

Seriam os desterritorializados apontados por Bauman, que ao falar acerca de sua trajetória, nos remete aos deslocamentos que são característicos da contemporaneidade.

[...] uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “habitat natural”, não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado”.¹⁵

São essas questões que nos permitem pensar acerca da desterritorialização a qual os trabalhadores que migraram para as novas áreas de ocupação foram sujeitos. O termo desterritorialização só passou a ser estudado e apontado nas pesquisas em período mais recente, entretanto os argumentos utilizados em torno dessa questão não são inéditos como aponta Haesbaert, ao afirmar que: “[...] muitas posições de Marx em ‘O Capital’ e no ‘Manifesto Comunista’ revelavam claramente uma preocupação com a ‘desterritorialização’ capitalista,[...]”.¹⁶

Neste debate em torno da questão da desterritorialização, o autor alerta para o fato de que para entendê-la, faz-se necessário compreender o que se concebe como território, considerando que “[...] a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território”.¹⁷

Para as reflexões propostas acerca da dinâmica dos deslocamentos humanos são oportunas algumas reflexões em relação ao “não-lugar”, consideramos que os dormitórios temporários, os alojamentos, bem como uma diversidade de lugares com infraestrutura deficiente, criados especificamente para abrigar os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, podem ser entendidos como “não-lugares”, espaço, onde o trabalhador, desterritorializado de seu lugar de origem, sofre os efeitos advindos de uma fragmentação da sua identidade e, em alguns casos até mesmo a perda

¹⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.113.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 18.

¹⁶ HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p 21.

¹⁷ Ibid., p. 35.

desta. Há momentos em que chegam à condição de “lixos humanos”, termo utilizado por Bauman para se referir aos grupo humanos que habitam a tênue fronteira que os separa da condição de seres humanos, estes trabalhadores, vivendo em barracões, habitam espaços de uma vida em suspense, à espera sempre do momento de retorno para os locais de origem onde, em geral, o que os aguarda é a marginalização social e a pobreza.

Neste cenário, destaca-se o fato de que a geração que nasceu nos anos de 1970, encontra-se sofrendo os efeitos da formação do mundo contemporâneo, especialmente dos anos de 1990, momento em que as pessoas deixam de ser desempregadas e se tornam “redundantes”, ou seja, passam a não ter mais espaço, e conforme as palavras de Bauman tornam-se “refugo”, “lixo”. A trajetória dos referidos trabalhadores tem características marcantes, visto que o limite entre exclusão e inclusão pode ser muito tênue.

Quando o trabalhador vê na precária condição de vida que leva, uma responsabilidade apenas sua, podemos dizer que este, além de ser vítima do que Bourdieu¹⁸ chamou de “violência simbólica”, é vitimizado por uma exploração que não pode ser vista apenas como implícita, mas escancarada na qual sua sobrevivência depende de uma carga de trabalho que em alguns casos leva a extinção de sua existência. Outra faceta dessa dinâmica da existência do trabalhador, refere-se a atribuição que dá a si mesmo, mantido sob a lógica de um poder que é exercido e que se dá em forma de controle.

O destino desses trabalhadores, foi marcado pela expropriação e pela desterritorialização, ao buscarem manter uma identidade com o lugar de origem, não conseguem criar uma identidade com os novos espaços e passam a ter uma existência caracterizada pela sazonalidade, em que a família e tudo o que lhes tem valor, não passa de algo distante ao longo de suas vidas, muitas vezes tendo a existência reduzida, por conta da exigência que as atividades desenvolvidas requerem de seus corpos, submetidos a obrigações de produção que beiram o limite do não humano.

As trajetórias desses grupos humanos foram traçadas, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, houve a opção

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso a terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pelas grandes propriedades que resultaram nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

MODERNIZAÇÃO E PROGRESSO NOS DISCURSOS DOS JORNAIS (PÓS 1970)

Nesses discursos os termos desenvolvimento e progresso parecem referir-se a um mesmo processo, entretanto, cabe salientar que, do ponto de vista histórico os dois conceitos ocupam temporalidades diferenciadas. Para Fonseca,¹⁹ a palavra desenvolvimento substitui gradualmente o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história, e nesta concepção caberia ao governo estar à frente da marcha do desenvolvimento, ou da construção de uma nação desenvolvida. Não foi ao acaso que o nome do projeto lançado por Vargas recebia o nome de “Marcha para o Oeste”.

Em 1978, as publicações de circulação do Norte do atual Mato Grosso do Sul, apontam para a permanência do ideal de progresso:

O governador Garcia Neto, recebeu domingo último o título de cidadão honorário de Pedro Gomes, o que significa segundo Moisés Jajah Nogueira, assessor da Câmara e orador oficial da solenidade, “o reconhecimento pelo que o Estado vem realizando, com um esforço concentrado em fazer chegar ao Interior os benefícios do progresso”.²⁰

Este modelo de sociedade que tinha em sua constituição a marca do discurso de progresso exhibe fissuras. Pensar os processos de expansão agrícola, tendo em mente a produção dos discursos produzidos no momento da ocupação recente, permite-nos perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a melhoria conseguida por meio dos investimentos em desenvolvimento, não passavam de falácia, exemplo disso pode ser notado na existência de pessoas que vivem em precárias condições de habitação durante a maior parte de

¹⁹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2, 2004.

²⁰ Jornal dos Municípios Matogrossenses, 1978, n. 43, p.5.

suas vidas, em que a realidade do trabalho nas atividades agrícolas, mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

No tocante ao tema da modernização e do progresso para pensar a ocupação territorial de Mato Grosso do Sul, dentre os jornais consultados, destacamos “Diário de Cuiabá”, “Tribuna do Centro Sul” e “Jornal dos Municípios Matogrossenses, as notícias apresentadas a partir desses jornais, remetem a necessidade naquele período, de reforçar esses ideais:

O Departamento de Estradas de Rodagem de Mato grosso, terá enriquecido o seu acervo de equipamentos pesados, com a aquisição de 2 tratores de esteira com potência de 120 a 150 HP, 3 motoniveladoras com peso de 11 a 13 toneladas aproximadamente e mais 3 pás carregadeiras com capacidade de retirada de 1,50 a 1,75 metros cúbicos.²¹

Esta referência à aquisição de equipamentos parece fazer coro ao ideal de modernização no qual os novos espaços foram sendo conquistados. O apelo a tecnologização pode ser percebido nas minúcias que o jornal destaca em relação ao tipo de equipamento adquirido. Nesse contexto desenvolvimentista, levar energia para as regiões inóspitas do país, também estava na ordem do dia:

Através de contrato, a cuja cerimônia de assinatura, realizada no Rio de Janeiro, esteve presente o governador José Fragelli, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concedeu novo financiamento à Centrais Elétricas Matogrossenses, da ordem de 90 milhões, 411 mil e 510 cruzeiros, que permitirá à empresa construir no Estado mais duas usinas térmicas, nove linhas de transmissão e seis subestações, eliminando o problema da demanda de energia em Mato Grosso.²²

No governo de Garcia Neto a proposta de construção de novas malhas viárias apontava para uma política iniciada ainda no Governo Vargas, de “ocupação dos espaços vazios”, que continuou nos anos de 1975. Segundo o jornal Diário de Cuiabá,

O governador eleito de Mato Grosso, Garcia Neto, informou, após entrevistar-se com os ministros da Fazenda, Planejamento e Interior, que a principal meta de seu governo será a plena implantação da chamada “malha” do Pantanal, por meio da construção de estradas

²¹ Mais de 90 milhões em energia para o Estado. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano IV, 11/1974, n. 1444, p.1.

²² *Ibid.*,p.1.

vicinais, as Transpantaneiras, que permitirão uma grande economia à agropecuária.²³

Nota-se que a preocupação era com as atividades agrícolas voltadas para a produção em grande escala, portanto, atendia interesses de determinados grupos econômicos.

Ao lado do discurso de progresso, levantava-se questões que tinham relevância já, naquele momento, e que legitimavam tal ideal: “A preocupação básica reside em compatibilizar a proteção ambiental com o Desenvolvimento Econômico e Social, sem erros de avaliação que representem obstáculos ao progresso do país”.²⁴

Os investimentos econômicos advindos do Estado e que garantia a viabilidade do desenvolvimentismo eram explícitos:

Convênio no valor de 270 milhões de cruzeiros, a serem aplicados em obras rodoviárias e energética, foi assinado ontem em Brasília entre o Governo de Mato grosso e o Ministério do Interior, dentro do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal.²⁵

Em relação a ação empreendida por parte do governo de ocupar os “espaços vazios”:



Representando o presidente Ernesto Geisel, Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda fez um discurso com incursões no campo político-econômico do Governo Federal. Analisou a política de ocupação dos grandes espaços vazios que o Brasil tem necessidade de realizar, mas que carece de planejamento e de apoio que o Governo possa oferecer, representado pelo Banco do Brasil. Acrescentou que “o desenvolvimento de Mato Grosso é algo que emociona pelo que significa” e relacionou à produtividade nacional direcionada para a “nossa verdadeira vocação de nação plenamente desenvolvida”.²⁶

E para dinamizar o referido desenvolvimento, havia necessidade de mais investimentos em tecnologia:

Afirmando que a partir daquele momento o Projeto de Mecanização Agrícola do Estado estava se transformando em realidade palpável, o Secretário Edmundo Taque da Agricultura anunciou o resultado da concorrência pública feita pela CODEAGRI para a aquisição de 92 unidades de tratores de esteira que serão utilizados com o objetivo de

²³ De Fragelli para Garcia a continuidade do progresso. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá, Ano VII, 15/03/1975, p. 1-2.

²⁴ O Progresso e o Controle da Poluição. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá, Ano VII, 03/1975, n. 1545, p. 8.

²⁵ Desenvolvimento de Mato Grosso entusiasma Paulo Lira. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá, Ano VII, 20/03/1975, n. 1542, p. 1.

²⁶ Simonsen discurso político. **Diário de Cuiabá**. Cuiabá, Ano VIII, 07/11/1976, n. 2003, p.7.

incorporar, no espaço de 5 anos, mais de um milhão de hectares ao processo produtivo de Mato Grosso.²⁷

No tocante a instalação de empresas responsáveis pela comercialização de implementos agrícolas de alta tecnologia instaladas na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, assim se referiu o jornal Tribuna do Centro Sul:

Estivemos em contacto com Sr. Paulo Ortiz Junior, da TRAMAQ, ocasião que obtivemos várias informações de interesse de nossa região.

Primeiramente soubemos que a TRAMAQ é revendedora exclusiva dos produtos MASSEY FERGUSON para os municípios de Rio Verde, Coxim e Pedro Gomes, com instalação nas duas primeiras cidades e com planos para brevemente instalar-se em Pedro Gomes.²⁸

Os discursos e as representações presentes nos textos dos jornais analisados participam da construção ideológica das cidades no Extremo Norte de Mato Grosso do Sul, surgidas no contexto de expansão recente da fronteira. O discurso que impera conduz à lógica de que esses espaços são resultantes de uma construção dinâmica que teve início com a expansão da fronteira agrícola, relegando-se dos relatos oficiais, grupos indígenas, além de outros grupos sociais que ocuparam os espaços em períodos mais remotos. Isso nos remete ao estudo de Bauzá, no qual destaca a presença do “mito do herói” em momentos distintos da história,

No existe, en consecuencia, una explicación omniabarcante que nos aclare la naturaleza y e el origen de los héroes. Con todo corresponde destacar que en El héroe se percibe siempre un sentido de mediación entre lo divino y lo humano, entre el orden y el desorden, entre lo civilizado y lo salvaje. Esa mediación se vê incluso en la naturaleza ambivalente de los héroes [...] y este dualismo se pone de manifiesto em el hecho de que en el heróe, junto a aspectos sublimes se encuentran otros brutales y destructivos.²⁹

As distinções apontadas por Bauzá entre “ordem” e “desordem”, entre “civilizado” e “selvagem”, estão presentes no ideal do colonizador, aquele que chega numa terra de “espaços vazios” onde impõem saber, cultura e mudança, neste sentido, torna-se possível perceber a visão de heroísmo nos feitos de um dos segmentos sociais que passaram a compor o novo cenário de ocupação, entretanto, não foi ao acaso, ou por

²⁷ CODEAGRI adquire 92 tratores para acelerar desenvolvimento. **Diário de Cuiabá**. Ano VIII, 11/11/1976, n. 2006, p. 1.

²⁸ TRAMAQ, uma empresa que cresce com a região. **Tribuna do Centro Sul: órgão independente**. Coxim, Ano II, 14/07/1977, n. 80, p.1.

²⁹ BAUZÁ, Hugo Francisco. **Qué es um mito**: uma aproximación a la mitología clásica. 2. Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 37.

iniciativas heróicas de pessoas isoladas que ocorreu a ocupação dos novos espaços. Este processo só foi possível no período posterior ao ano de 1970 porque parte de um movimento maior de expansão do capital ocorreu na região devido aos incentivos e a fundamental participação do Estado.

Interpretar o passado destas regiões, a partir de outro ponto de vista não é desconsiderar a presença de um grupo de pessoas na História, mas entender a ocupação de forma contextualizada e decorrente das mudanças que se processavam através de novas políticas de ocupação do território nacional bem como os interesses daí decorrentes. Os discursos que atribuem heroísmo a grupos determinados mostram que a História é datada e seu início tem relação com a chegada de certos personagens históricos. O período pós-1970 desta forma a partir dos discursos criados, representou o rompimento de um longo período de estagnação, atrofia e atraso que deu lugar ao progresso e à modernização de amplas regiões do Brasil. Esse ano também é emblemático: no auge da repressão da ditadura militar,

Em 1970, vivia-se sob a ditadura militar pós-Ato Institucional nº 5 sob a repressão ou o terror do Estado e sob a ideologia do ‘Brasil Grande’, isto é, da chamada ‘integração nacional’, com rodovias nacionais e cidades monumentais, uma vez mais destinadas a atrair o grande capital internacional.³⁰

Os protagonistas da ação que, de acordo com os discursos produzidos no período seriam os responsáveis por levar o progresso para as novas regiões do país carregam implícitas a marca de modernidade que é imposta a esse movimento de ocupação recente, e os discursos que permeiam o movimento que conduz pessoas para o Extremo Norte de Mato Grosso do Sul, parecem estar em sintonia com esse ideal que se traduzia, portanto, numa necessidade de modernizar os novos espaços, criando uma dicotomia entre “atrasado” e “moderno”, discutida por Le Goff no livro “História e Memória”.

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e moderno, por ‘recente’ ou ‘novo’ e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatória, pejorativas ou neutras [...].³¹

³⁰ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. P. 31-32.

³¹ LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003, p. 167.

O ideal de modernidade foi apropriado pelos contemporâneos que produziram os discursos sobre a fronteira, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe, Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.³²

Há uma intrínseca relação entre o movimento de ocupação do Extremo Norte de Mato Grosso do Sul e os discursos que primam por determinados conceitos, dentre eles o de modernidade que aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a nova configuração dos espaços cumpria a finalidade de os levar a protagonizarem uma nova fase marcada pela presença do progresso. Koselleck é uma importante referência neste debate, pois considera que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história”.³³

³² BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 15

³³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006, p. 268

Assim como as sociedades possuem suas historicidades, os conceitos que ajudam a pensar certas temáticas para a compreensão da atuação humana ao longo do tempo também o possuem,

[...] o conceito de “modernidade” só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicalmente só se implantou no último quartel do século XIX. Essa constatação surpreendente não deve provocar nossa admiração se constatarmos a naturalidade com que o conceito é usado hoje nos estudos histórico-linguísticos que tratam do século XVI. Um período qualquer só pode ser reduzido a um denominador diacrônico comum, a um conceito que enfeixe estruturas comuns, depois de decorrido certo tempo.

Mas com o conceito de modernidade existe ainda uma circunstância especial. Pois não existe evidência linguística para que a expressão “época moderna” [*neue Zeit*], ou mesmo “tempo moderno [*Neuzeit*], deva designar um período de tempo fixo, a não ser que seja lido à luz do que se chamou o fim da modernidade.³⁴

A partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizar³⁵ os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck³⁶ todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática deste texto, é necessário ressaltar que os ideais de modernidade alcançaram o campo brasileiro, produzindo um discurso que fosse capaz de expressar uma demanda pela modernização e que fosse, ao mesmo tempo o legitimador desse ideal,

Essa retórica estaria centrada na construção de uma identidade básica de conjunto que amalgamasse os interesses entre proprietários de terra e empresários rurais, sendo ela construída em torno de alguns pontos tidos como essenciais para a manutenção de seu poder e dominação dentre eles: a) a elaboração de um novo discurso que os afinasse à

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006, p. 269

³⁵ De acordo com Dupas (2006:16) o conceito de hegemonia pode ser entendido a partir das idéias de Antonio Gramsci e Giovanni Arreggi, segundo as quais hegemonia seria a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, e assim ser percebido pelos outros.

³⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006, p. 136.

“modernidade”; b) a definição de novas estratégias de política agrícola favoráveis a seus interesses e, finalmente, c) a defesa de maior capacidade de organização e ampliação da representação que lhes propiciasse maior poder de barganha junto à sociedade política.³⁷

O estudo acerca da ocupação da região central do Brasil no período posterior a 1970, permite um diálogo entre uma diversidade de autores, cujo intuito foi pensar na existência de relações de poder que permitiu acesso diferenciado a terra e riqueza no país. A problematização das camadas de experiências de tempo propostas por Koselleck, ou dos quadros de ocupação recente passam pelo procedimento de suspensão das evidências dos objetos pré construídos e de como eles passam a ser construídos em grades de inteligibilidade a partir das narrativas do historiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do tempo da fronteira requer por parte de quem o faz a consciência acerca da complexidade de sua interpretação e da vasta produção muitas vezes divergente que trata de compreendê-la. Se é o lugar de realização dos sonhos, da busca por um mundo sempre inalcançável que obriga o migrante a mover-se sempre em busca de novos lugares em que os sonhos quase nunca são realizados. É inegável que a bibliografia que a entende como o lugar de “degradação do outro nos confins do humano” também apresenta posicionamentos inegáveis.

Concluir que as interpretações são inúmeras, não se traduz em eleger nenhuma como a única possível, esta foi a proposta deste artigo. Procurou-se trazer para o diálogo uma diversidade possível de autores que tratam do tema, buscando inclusive apontar que em alguns momentos interpretações distintas ajudam a compreender historicidades distintas nas mesmas espacialidades.

As cidades que surgiram como resultado de um novo movimento de expansão da fronteira no pós 1970, apontam para um ideal de substituição total do antigo pelo novo, no qual a assimilação dos elementos culturais do “outro” não é considerada necessária, o outro é esquecido após ser submetido. O discurso do desenvolvimento e do progresso levou a constituição de um modelo de ocupação que tem a marca da

³⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado Brasileiro**: agências e agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 54.

novidade, tributária do ideal de modernidade, questão que permanece em aberto para outras reflexões.

RECEBIDO EM: 04/12/2017

PARECER DADO EM: 18/12/2017



www.revistafenix.pro.br